

## O Sisejufe presta contas

Como já se tornou tradição nas duas últimas gestões do Sisejufe, voltamos a dar total publicidade sobre as contas do sindicato e sobre a maneira com que lidamos com os recursos da categoria dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro. Para a diretoria do Sisejufe, o empenho numa gestão ética e transparente, além de um compromisso de campanha, é o dever de um sindicalismo que prioriza a responsabilidade administrativa e a defesa intransigente dos interesses da classe de trabalhadores que representa – sem medo de mobilizar, sem preguiça de defender a categoria em todas as instâncias da ação política e sem justificativas que não possam ser conferidas e confrontadas com os registros de nossos livros contábeis. Por tudo isso, nos sentimos felizes em convocar todos os servidores e servidoras sindicalizados(as) a com-

### Sisejufe convoca ASSEMBLEIA GERAL

- APRECIAR E DECIDIR AS CONTAS DE 2010
- ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2011

QUINTA, 24 DE MARÇO DE 2011.  
Sede do sindicato, às 19h.

Compareça!  
O edital foi publicado no Jornal O Dia em 11 de março, na página 2 dos Classificados

parecer, na noite de 24 de março, à Assembleia de Prestação de Contas e de aprovação do Planejamento Orçamentário de 2011. Confira os balancetes de 2010 nas páginas 10 a 15.

### Sindicato protesta contra trabalho irregular aos sábados, em Niterói



Os efeitos da luta contra o assédio moral e o trabalho não remunerado na 1ª VT de Niterói já começam a surgir. A suspensão do trabalho aos sábados ocorreu a partir da ação do sindicato denunciando a irregularidade e o assédio moral aos servidores em estágio probatório, inclusive com protesto às 7h30min do sábado, 26 de fevereiro, em frente àquele local de trabalho (foto). Também obtivemos a informação da abertura de sindicância para apurar a presença de uma pessoa não

pertencente ao quadro de servidores e que atuava dentro da 1ª VT como um “coordenador” dos trabalhos. O Sisejufe acionou seu Departamento Jurídico para que encaminhasse no CNJ representação contra a diretora da 1ªVT por determinar o trabalho irregular apesar das resoluções em contrário tanto do CNJ quanto do TRT. Representamos também contra o juiz federal responsável pela vara e contra a presidente em exercício do TRT da 1ª Região, por acatar a solicitação do trabalho irregular.



Fotos: Henri Figueiredo

### NESTA EDIÇÃO

**Verdade e mentiras sobre o Imposto Sindical**

Página 2

**CUT define estratégias de atuação dos sindicatos**

Página 3

**Único diretor liberado do Sisejufe faz balanço do trabalho de 4 anos**

Páginas 4 e 5

**Ingressos esgotados no Carnaval do sindicato e uma entrevista com a sambista Dorina**

Páginas 8, 9 e 16

### LEIA TAMBÉM

No dia 25 de fevereiro, a diretoria do Sisejufe apresentou reivindicações ao juiz federal Marcelo Tavares, diretor do foro da JF. No dia 1º de março, um dia antes da inauguração na nova sede administrativa da SJRJ, o sindicato vistoriou o prédio recém reformado na avenida Almirante Barroso. Nesta visita, além de detalhes sobre a distribuição dos setores andar a andar, a diretora da Secretaria Geral, Patrícia Longhi, informou o cronograma de inauguração das novas varas federais no Interior do estado do Rio de Janeiro. Confira:

### CIDADES EM QUE SERÃO INAUGURADAS VARAS FEDERAIS

• Em Itaboraí, no dia 25 de março, se inaugura uma segunda VF, mas com estrutura reduzida, com uma secretaria para as duas varas. Depois se fará uma mudança para um prédio recém-construído com adaptações no estilo das que estão sendo feitas no prédio da Almirante Barroso, como rede, logística, acessibilidade, secretaria de vara com estação de trabalho etc.

• Barra do Piraí terá inauguração de vara no ano que vem. De acordo com Patrícia Longhi, a JF está em contato com o proprietário para fazer locação, e com a

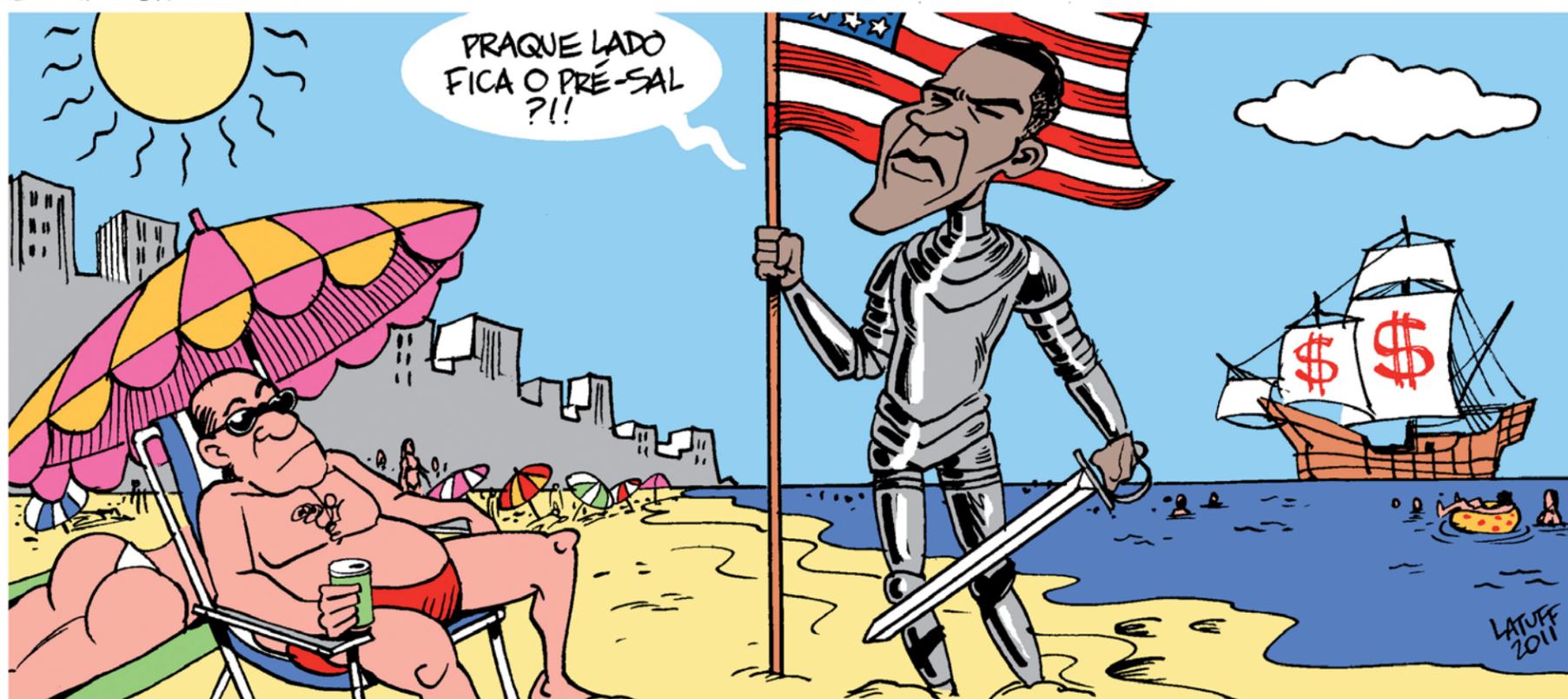
CEF para a avaliação. O prédio é novo, já terminado e receberá as adaptações que existem na avenida Almirante Barroso.

• São João de Meriti também vai ganhar uma nova vara federal. A SJRJ já tem em vista um prédio de 5 andares – será o maior fórum, com oito varas federais. O prédio atual está muito ruim.

• Nova Iguaçu está com um prédio em fase final de locação. A SJRJ aguarda a avaliação da CEF. Será um espaço na Via Light. Este prédio será adaptado, pelas exigências da SJRJ, pelo próprio proprietário.

Saiba detalhes na página 6

## OBAMA CHEGA AO RIO...



## Verdades e mentiras sobre o Imposto Sindical

**Esclarecimento** Sisejufe reitera, mais uma vez, sua decisão de devolver os valores aos sindicalizados

► **Primeira Mentira:** O imposto sindical foi criado no Governo Lula por pressão das centrais sindicais.

► **Verdade:** O imposto sindical foi criado no Governo Vargas, ainda na década de 30 do século passado, junto com a CLT. Nunca foi cobrado do servidor público federal porque até 1988 a este era vedado sindicalizar-se. A partir de 1989, começa a discussão da cobrança do imposto para os servidores públicos, com a pressão de sindicatos não-CUTistas para a sua cobrança, sem definição sobre o assunto até o ano de 2008.

► **Segunda Mentira:** O imposto sindical passou a ser cobrado dos servidores públicos por pressão da CUT, a partir do momento em que esta foi reconhecida legalmente como Central Sindical.

► **Verdade:** O imposto sindical não tem nada a ver com o reconhecimento das Centrais Sindicais. A CUT foi e é contra a sua cobrança e tem projeto de lei para sua extin-

ção. A única coisa que mudou com a Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, que reconheceu as centrais sindicais, foi a repartição do imposto. Antes era assim: 60% para o sindicato; 10% para a Federação; 10% para a Confederação; 20% para o Ministério do Trabalho e Emprego. Agora a partição é 60% para o sindicato; 10% para a Federação; 10% para a Confederação; 10% para o Ministério do Trabalho e Emprego; e 10% para a Central Sindical.

A cobrança do imposto sindical aos servidores públicos federais tem a ver com a ascensão do ministro Carlos Lupp (PDT e ligado à Força Sindical), que através do Ato Normativo 1 estendeu a cobrança aos servidores públicos federais, por pressão da Força Sindical e de outras centrais, mas não da CUT – que é e sempre foi CONTRA o imposto.

► **Terceira Mentira:** a pressão da CUT e do Sisejufe acelerou a cobrança do imposto sindical.

► **Verdade:** A CUT trabalhou pela não cobrança do imposto sindical. Foi por pressão da nossa central que o Ministério do Planejamento vetou a cobrança em 2009, acatando os argumentos da CUT de que havia conflito de filiação na base, o que inviabilizaria qualquer cobrança. Em 2010, o Ministério do Trabalho e Emprego derrubou o veto do Ministério do Planejamento e acelerou a cobrança, a pedido da Força Sindical e da UGT. **Também em 2010, o Sisejufe conseguiu uma liminar que impediu a cobrança do imposto sindical de seus sindicalizados. Estes são FATOS que DEMONSTRAM que a CUT e o Sisejufe são contra o imposto sindical.**

► **Quarta Mentira:** O imposto sindical está sendo cobrado por causa da pressão do Sisejufe que mandou ofício pedindo para descontar de todos os servidores.

► **Verdade:** O Sisejufe, até para impugnar legalmente a

cobrança sindical, tem que ter conta na CEF e registro no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), inclusive para ser informado da cobrança de imposto. Este ano a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) ligada à UGT, derrubou no STJ todas as liminares contra o imposto sindical interpostas pelos sindicatos CUTistas. O Sisejufe, informado da derrubada da liminar pelo seu Departamento Jurídico, imediatamente se habilitou na CEF – até para que o imposto não fosse cobrado sem que sequer fôssemos informados do processo.

Nosso ofício não interfere na cobrança, nem acelera a cobrança, apenas a direciona para o caixa do Sisejufe. Se o sindicato não tivesse se habilitado, os 60% do sindicato seriam cobrados de qualquer maneira, mas iriam para a conta do Ministério do Trabalho e Emprego, aumentando a fatia do Governo para 100% (ou para a

CSBP, entidade ligada a UGT) sem nenhuma possibilidade de devolução para a categoria, com o imposto sendo cobrado de qualquer maneira.

Depois da nossa intervenção ficou assim a divisão do imposto sindical:

60% do Sisejufe;

20% para Federação e Confederação. [O que seria destinado para a Fenajufe, como ela não tem cadastro no CNES, acabará por ser dirigido para o Ministério do Trabalho e Emprego;

20% para o Ministério do Trabalho e Emprego.

**Os 60% do Sindicato** que iriam para o Ministério do Trabalho e Emprego, e que seriam cobrados de qualquer maneira, estando ou não o sindicato habilitado, agora vão para a conta do sindicato. Estes valores **serão devolvidos para os servidores sindicalizados, como reza o estatuto, cumprindo nossa promessa de campanha.**

**Contraponto**

**SISEJUFÉ:** Filiado à FENAJUFÉ e à CUT  
**SEDE:** Av. Presidente Vargas 509/11º andar  
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003  
**TEL./FAX:** (21) 2215-2443  
**PORTAL:** http://sisejufe.org.br  
**ENDEREÇO:** imprensa@sisejufe.org.br

**DIRETORIA:** Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Willians Faustino de Alvarenga.  
**ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda. **ASSESSORIA DE NÚCLEOS:** Bianca Lessa.

**REDAÇÃO:** Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima **ILUSTRAÇÃO:** Latuff **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Vera Miranda. **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em  
 Papel Reciclado.  
 8,4 mil exemplares.

# Seminário do Setor Público da CUT define estratégias de atuação das entidades sindicais

## Movimento Sindical

Temas centrais: campanhas contra PLP 549/09 e demissão por insuficiência de desempenho e negociação coletiva

Representantes de várias entidades sindicais de servidores públicos das três esferas se reuniram de 23 a 25 de fevereiro no Seminário Nacional do Setor Público da CUT, em Brasília. O encontro, que contou com a participação dos coordenadores da Fenajufe Zé Oliveira, Jacqueline Albuquerque, Jean Loiola, Hebe-Del Kader, Cleo Vieira e Joaquim Castrillon e de dirigentes sindicais das entidades cutistas que representam várias categorias de servidores públicos federais, estaduais e municipais, debateu os principais temas que preocupam o funcionalismo público no momento. Da base da Fenajufe, também participaram do seminário a diretora do Sintrajufe-RS Mara Weber e a assessora política do Sisejufe Vera Miranda



Foto: Augusto Coelho/CUT Nacional

Reunião: cutistas entregaram principais propostas para políticos como o senador Paulo Paim (PT-RS), à esquerda

Entre os objetivos específicos do Seminário estavam: articular a estratégia de atuação das entidades sindicais representativas do setor público da CUT para encaminhamento da proposta de regulamentação da negociação coletiva e o direito de greve no setor público; organizar ações de enfrentamento para evitar que as propostas legislativas que retirem/diminuam direitos dos servidores continuem a tramitar no Congresso Nacional; discutir propostas de ações junto ao Congresso Nacional para tramitação e aprovação de projetos legislativos que interessam aos servidores públicos; avaliar a proposta de lei orgânica para a administração pública em debate no governo federal e definir posicionamento da CUT; definir a estratégia de atuação sindical do setor público da CUT: registro sindical e disputa eleitoral; informar sobre as campanhas salariais e fazer intersecções sobre os temas que unificam as entidades; e apresentar e debater as propostas de ações no campo da relação saúde e trabalho e da política nacional de saúde do trabalhador.

Na manhã do dia 23, vários representantes do cutistas participaram do café da manhã com parlamentares federais do PT, que receberam da central um documento com as principais propostas da classe trabalhadora para o Legislativo nacional.

Os representantes sindicais cobraram do secretário de Recursos Humanos (RH) do Ministério do Planejamento, Duvanier

Paiva, o detalhamento da política de gestão do atual governo. Duvanier informou que a gestão Dilma vai manter e consolidar a política de RH adotada pelo governo Lula que, segundo ele, se diferencia do que foi feito em governos anteriores. O secretário citou a instalação de um processo negocial permanente com as categorias, que iria além das discussões periódicas sobre reestruturações e que marcaria a busca pela democratização das relações de trabalho como uma diretriz estratégica do governo.

Duvanier lembrou que os 48 acordos fechados, ao longo da gestão Lula com as entidades representativas, abrangeram quase que a totalidade das categorias do funcionalismo público federal e que as pendências existentes serão retomadas neste ano para o fechamento de novos acordos. O secretário de RH também ressaltou que a valorização e a profissionalização dos servidores públicos será ponto preponderante com adoção de uma política nacional de qualificação e de reestruturação das carreiras, cujo foco vai ser voltado para grupos ou equipes de trabalho.

De acordo com o secretário, o processo de negociação coletiva entre governo e servidores consolidou a ratificação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que estabelece a negociação coletiva no setor público. Ele lembrou que é preciso aprovar as legislações que regulamentam a negociação coletiva no setor público, fazendo com que os marcos legais que

estão parados na Casa Civil sejam encaminhados para aprovação no Congresso Nacional.

Na concepção de Duvanier, a resposta do Planejamento foi a fusão da Secretaria de Gestão (Seges) com a Secretaria de Recursos Humanos (SRH), para criar a Secretaria de Relações do Trabalho, (SRT), que nasce com o papel de gerar a maior abrangência na gestão do trabalho da administração federal. O objetivo é dar sustentação necessária ao processo de consolidação do desenvolvimento econômico que está na marca do novo governo como linha de continuidade do governo anterior. Ele explicou que a nova secretaria juntará políticas encaminhadas separadamente como modelos de gestão e desenvolvimento econômico e o papel dos servidores públicos enquanto agente desse desenvolvimento. Segundo o secretário, tudo passará pela SRT que dessa forma, centralizará todo o processo de organização dos servidores e toda a política de gestão e estruturação da administração pública federal.

### Registro sindical

Durante sua palestra, Duvanier Paiva disse que o processo sobre negociação coletiva no setor público registrou fissuras no governo devido a divergências sobre esse mecanismo. Um dos efeitos dessa disputa interna, segundo ele, ficou expressa na posição do Ministério do Trabalho de também produzir os seus marcos legais sobre o tema. Isso, conforme o secretário, evi-

denciou clara disputa com o Grupo de Trabalho de Negociação, instituído pelo Ministério do Planejamento. Na avaliação dele, a falta de respeito do Ministério do Trabalho ao modelo de organização sindical dos servidores ao impor o imposto sindical no setor público foi a mais profunda marca que demonstrou a disputa com o Planejamento.

O secretário Duvanier Paiva lembrou as dificuldades que as entidades sindicais do funcionalismo público têm para conseguir o registro sindical no Ministério do Trabalho. Para ele, essa questão está relacionada à discussão do imposto sindical. Segundo o secretário, o Ministério do Planejamento é contra a cobrança do imposto no setor público. Duvanier disse que e a transformação da Secretaria de Recursos Humanos em Secretaria de Relação de Trabalho faz parte também da política do Planejamento de garantir as características da organização sindical do setor público, que surgiu e se consolidou por livre associação dos filiados, sem a presença da contribuição obrigatória do imposto sindical.

### Ações unificadas para os próximos meses

Na manhã da sexta-feira, os participantes do seminário se reuniram em dois grupos, onde, a partir de um amplo debate, definiram propostas de ações em defesa dos interesses dos servidores públicos. Entre as propostas aprovadas, que ainda serão remetidas à Executiva da CUT Nacional, se destacam:

- Atuar, de forma unificada, pelo direito à negociação coletiva no serviço público
- Trabalhar em todas as instâncias, em especial no Congresso Nacional, para barrar os projetos que atacam os servidores públicos [PLP 549/09, PLP 92/07, PLP 248/98, PL 1992/07 e MP 520/10]
- Solicitar audiência com a presidenta Dilma para falar dos projetos prejudiciais aos servidores
- Pressionar o STF a votar a Adin em favor do Piso Salarial Nacional dos professores
- Lutar contra o Imposto Sindical e trabalhar pela derrubada da Instrução Normativa nº 02 do Ministério do Trabalho
- Promover seminários estaduais do setor público e mais um seminário nacional, preparatório para a Plenária Nacional de CUT
- Consolidar propostas para uma campanha nacional unificada do setor público da CUT
- Aprofundar o debate e promover uma campanha nacional sobre saúde do trabalhador do serviço público

Para o coordenador da Fenajufe Zé Oliveira, o encontro de três dias foi fundamental para que as entidades pudessem debater, de forma privilegiada, temas caros aos servidores e ao serviço público. “A partir do seminário devemos aprofundar pautas centrais, como diretrizes de plano de carreira, gestão pública, implementação, de fato, da negociação coletiva e a saúde do trabalhador”, ressalta.

# Único diretor liberado do Sisejufe faz balanço do trabalho

**Prestação de Contas** Desde maio de 2007 na função, Roberto Ponciano fala dos desafios do ativismo sindical

Fotos: Henri Figueiredo

Henri Figueiredo\*

Desde que a atual gestão regularizou a situação do Sisejufe, conquistando a Carta Sindical, foi possível ter o primeiro diretor liberado legalmente, a partir de maio de 2007. A liberação do técnico judiciário Roberto Ponciano, da Justiça Federal, aconteceu sem ônus para a Administração – o débito do salário do servidor é repassado ao Tribunal através de compensação de consignações. A partir daí, o sindicato intensificou seu trabalho de interiorização, realizou diversos Encontros Regionais sobre Plano de Carreira, cobrindo todo o estado, coletando opiniões e propostas de servidores que dificilmente conseguiriam se deslocar até a sede do sindicato para participar dessas discussões.

Com a liberação de um diretor sindical, o Sisejufe se tornou também o sindicato pioneiro no Brasil na luta pelas 6 horas diárias de jornada, produziu cartilhas sobre o tema e pautou esse importante debate na Fenajufe. As denúncias contra o assédio também se intensificaram nesse período – e, comprovada a irregularidade, o Sisejufe sempre teve coragem de “dar nomes aos bois” e identificar para toda a categoria quem eram os assediadores.

Como também coordena o Departamento de Imprensa do Sisejufe, Ponciano esteve à frente da regularização da periodicidade dos veículos impressos (Contraponto, Ideias em Revista e Fique por Dentro) e participou do desenvolvimento da atual página de internet do sindicato. Tudo isso, sem falar do trabalho de mobilização na base para atos públicos, assembleias e, principalmente, a greve.

Nesta entrevista, o diretor-presidente do Sisejufe faz um balanço do período de liberação sindical e esclarece também a importância de ter acumulado, no último ano, a secretaria de Formação Política da CUT Rio.



Na defesa da categoria: Roberto Ponciano (à direita) no último Congresso da Fenajufe, em março de 2010, em Fortaleza

**Contraponto** – **Você foi liberado para o trabalho sindical em 2007. Há mais de uma década, o Sisejufe não tinha diretor liberado. Como foi o trabalho para conseguir essa liberação e o que significou para a categoria?**

**Ponciano** – Primeiro uma luta para legalizar o sindicato. As liberações anteriores foram feitas através de acordos com Administração. A minha liberação é legal, não é oriunda de nenhum acordo com a Administração. Foi uma liberação de acordo com a lei, que é muito restritiva. Depois de nossa gestão ter garantido a Carta Sindical, o Sisejufe pode entrar com as ações coletivas e pode efetivamente representar os servidores. O problema de se conseguir uma liberação através de acordos com os tribunais, é que pode gerar subserviência, você fica à mercê dos humores de quem o liberou. Além disso, a minha liberação sai do caixa do sindicato – o que também é restritivo porque o sindicato não é um entidade rica. Com os recursos que temos, po-

deríamos liberar no máximo mais dois diretores sindicais. Eu recebo meu salário da Justiça Federal e o sindicato reembolsa a Justiça. É, portanto, a categoria que paga o meu salário.

**Contraponto** – **A partir de 2007, você começou a percorrer o interior do estado do Rio, promovendo uma interiorização do Sisejufe. Isso não acontecia antes?**

**Ponciano** – Antes da liberação, eu já fazia isso, ainda que de forma precária. Eu abria mão de vinte dias de férias. Depois da liberação, essas visitas se tornaram sistemáticas. A gente precisa desmitificar a liberação. Existe liberação sindical sendo mal utilizada no Brasil inteiro, é verdade. Em alguns sindicatos, diretores sindicais são liberados e somem. A liberação sindical não é uma liberação do trabalho, não é folga, não é licença. A liberação sindical é para trabalhar para a categoria. Eu próprio não tenho horário de trabalho definido. Já recebi mensagens pela internet dizendo que

o diretor sindical não trabalha. Eu estou sempre na base. Cumpro, em média, dez horas por dia. Estou na base, em toda capital, em todo interior, pois sou só eu que tenho liberação no estado. Além disso, dentro do sindicato, acumulo as funções de diretor-presidente, então vou a reuniões com presidentes de tribunais, com diretores de secretarias, com juizes. Sou também o coordenador de imprensa do sindicato e escrevo para o jornal, para a revista e para a página de internet. Ajudo o fechamento de nossos veículos impressos, respondo dezenas de e-mails – a maior parte das respostas via correio eletrônico do Sisejufe sou eu que encaminho. Libero as solicitações de permutas na nossa página na web. Faço parte dos Núcleos de Formação e de Administração do sindicato. Se eu não fosse liberado hoje eu não daria conta. A minha liberação é para trabalhar. Tanto que se as pessoas entrarem para ver tem resposta de e-mail às onze da noite, final de semana. O sindicato me cede um notebook para eu trabalhar de casa porque sempre tem algo emergencial que precisa ser feito. Ou seja, eu não tenho um fim de semana completamente livre. É preciso ficar claro que liberação sindical, se levada a sério, é um trabalho árduo. Certamente eu trabalhava muito menos quando não era liberado. Em termos de jornada não há comparação.

**Contraponto** – **E vale a pena?**

**Ponciano** – Depende. Essa é uma questão que eu mesmo ainda estou avaliando. Do ponto de vista meramente pessoal, do ponto de vista familiar, não vale a pena porque o desgaste é grande. Agora, para a categoria é fundamental. Um sindicato como o Sisejufe deveria ter, no mínimo, dez diretores liberados. É muito difícil trabalhar num sindicato de âmbito estadual com um só diretor liberado. A título de comparação, o Sindicato dos Bancários, que é um sindicato grande e em que a liberação é paga direto pelo empregador, há 30 diretores liberados apenas para a cidade do Rio de Janeiro. Nós temos um diretor liberado para todo o estado. Então, eu fico muito chateado quando ouço levianidades do tipo: “o diretor liberado não trabalha”. Gostaria que esses críticos ficassem apenas um dia aqui no meu lugar. Muitas vezes tem servidores que marcam reuniões às 9h e é frequente atender outros servidores até às 19h do mesmo dia. E muitas vezes, depois disso, há reuniões de diretoria, fechamento de jornal, textos para serem produzidos. O meu próprio mestrado foi sacrificado por causa da greve em 2010 – mas não me arrependo. Foi a isso que me propus quando disputei as eleições sindicais.



Na CUT Rio: Ponciano abre curso de Marxismo entre Emir Sader e Darby Igayara

\* Da Redação.

**Contraponto** – Além de tudo, você é secretário de Formação Política da CUT Rio. Qual a importância desse cargo e por que você aceitou mais essa demanda?

**Ponciano** – Eu assumi porque, na história de quase 22 anos do Sisejufe, não houve outro diretor do Judiciário Federal no Rio atuando com cargo dentro da CUT. Infelizmente muita gente ainda não tem ideia da importância da central. A CUT tem 22 milhões de trabalhadores na base, oito milhões de trabalhadores filiados a sindicatos da central, 40% da força de trabalho formal do Brasil. É muito importante essa ligação do sindicato com a central – porque ambos se fortalecem. É possível conciliar o trabalho porque os mecanismos de internet facilitaram muito a nossa vida, a questão presencial não é tão determinante. As maiores demandas são políticas. Eu tenho de planejar formação, cursos e isso é possível fazer. A formação da CUT deu um salto de qualidade, falo modestamente, mesmo eu não estando integralmente na CUT. Eu permaneço 80% do tempo no Sisejufe e 20% na CUT.

necessário acabar com o preconceito contra o diretor liberado. Há diretores liberados que usam mal a sua liberação assim como há mau juiz, mau deputado. A democracia implica vigilância de quem elege seus representantes. E eu sempre fui um sindicalista muito fácil de se vigiar porque o tempo inteiro estou ou na base ou no sindicato. Ninguém vai me ver na praia ou no cinema no horário do expediente. Passar por cima desse preconceito é também respeitar mais o trabalho do diretor sindical, em geral. Certamente eu não tive o volume de trabalho nos sete anos em que eu não fui liberado comparados aos quatro em que estive liberado. Às vezes até outros diretores do sindicato cobram mais ação, mais presença e não se dão conta de que eu sou um só.

– Qual é a perspectiva de o sindicato ter mais diretores liberados?

**Ponciano** – A legislação foi um pouco mudada. Mas ainda assim é preciso aumentar a filiação – até mesmo por conta da verba para a remuneração. Mes-

Fotos: Henri Figueiredo



Liderando a greve: discurso em frente à JF Rio Branco na passeata de 2009

**Contraponto** – É uma tripla jornada?

**Ponciano** – É mais que tripla. Eu também sou pai, eu também sou professor. E mestrando. Durante a greve, em 2010, por exemplo, interrompi o mestrado por três vezes. Mas aí é a escolha. Você não pode ser um sindicalista e dizer à categoria: “olha gente eu vou parar a greve porque tenho que terminar meu mestrado”. Não dá.

**Contraponto** – Como está sendo para você a proximidade do fim de mais uma gestão à frente do Sisejufe, já que teremos eleição em agosto?

**Ponciano** – O que eu acho muito importante falar é que é

mo entre os diretores sindicais que compõem a diretoria colegiada do Sisejufe não são tantos os que se disponibilizariam para um trabalho como esse. Em que pesem as críticas, que recebemos de uma maneira republicana, posso afirmar tranquilamente que criei um padrão alto de envolvimento com o trabalho sindical. Isso é bom porque um novo diretor liberado, ou mais, serão cobrados pela categoria por esse atual padrão. Vai ter que ter um alto grau de comprometimento. Liberação não é para tocar vida pessoal, não! Um diretor liberado comprometido com sua base tem que saber que sua vida pessoal e familiar vai sofrer a interferência dessa doação.